

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Estudo Técnico Preliminar 264/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60550.009589/2026-54

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de materiais permanentes para a Subdivisão de Tratamento Intensivo visando atender as necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

2.2. A compra do material atenderá à demanda dos pacientes que necessitam de tratamento intensivo na Subdivisão de Tratamento Intensivo (SDUTI) e amenizará o encaminhamento para internações externas ao HFA que geram altos custos para a Administração.

2.3 Considerando que os itens 4, 6 e 9 restaram fracassados no Pregão Eletrônico nº 90016/2026, torna-se necessária a republicação do certame exclusivamente para esses itens, a fim de garantir o atendimento das necessidades assistenciais da Unidade.

2.4. A aquisição dos itens remanescentes contribuirá para a adequada estruturação dos leitos planejados na Subdivisão de Tratamento Intensivo (SDUTI), garantindo a continuidade da implantação e funcionamento da unidade. Este fato contribuirá diretamente para o incremento de capacidade operacional e para a elevação da qualidade e da segurança dos pacientes críticos atendidos no Hospital das Forças Armadas (HFA).

2.4.1. Ressalta-se que o planejamento institucional prevê a estruturação de 10 (dez) leitos de UTI, sendo a presente contratação voltada à complementação dos itens ainda não adquiridos no certame anterior.

2.5. A necessidade é prevista em regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) número 07 de 2010 que prevê condições de infraestrutura e recursos materiais mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva (UTI)

2.6. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.6.1. O Hospital das Forças Armadas (HFA) é uma Organização Militar de Saúde de nível terciário, referência em alta complexidade, responsável pelo atendimento a militares das Forças Armadas, seus dependentes, servidores do Ministério da Defesa e autoridades do alto escalão da República, dentre outros, em procedimentos de alta, média e baixa complexidade.

2.6.2. O HFA também assume a posição de ser o primeiro recurso, em média e alta complexidade, na rede de saúde das Forças Armadas, atuando como o principal receptor de pacientes oriundos dos hospitais das forças principais (Marinha, Exército e Força Aérea) de Brasília e municípios do entorno do Distrito Federal (DF).

2.6.3. Em razão de sua natureza assistencial estratégica e da média e alta complexidade atendida neste nosocômio, é imprescindível manter infraestrutura e os materiais hospitalares minimamente de forma adequada às normas de Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

2.6.4. A resolução RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento das unidades de Terapia Intensiva (UTI), sendo válida para todas as Unidades de Terapia Intensiva em território nacional, sejam elas públicas, privadas, filantrópicas, civis ou militares. Assim, a UTI do Hospital das Forças Armadas deve seguir a legislação vigente em sua plenitude.

2.6.5. A presente contratação tem por objetivo a aquisição e/ou reposição de materiais e equipamentos médico-hospitalares permanentes classificados como obrigatórios para a UTI adulto, de acordo com os parâmetros definidos pela referida RDC.

2.6.6. O levantamento realizado identificou a necessidade de aquisição de equipamentos essenciais ainda não contratados no certame anterior, necessários ao pleno funcionamento da Unidade de Terapia Intensiva.

2.6.7. A análise técnica evidenciou a necessidade de aquisição de equipamentos específicos ainda pendentes de contratação, indispensáveis ao atendimento das exigências normativas e assistenciais da unidade.

2.6.8. Os itens objeto desta contratação são indispensáveis para a manutenção da conformidade com a RDC nº 7/2010, garantindo segurança assistencial e adequado suporte aos pacientes críticos.

2.6.9. A aquisição dos itens remanescentes permitirá a continuidade operacional da unidade, assegurando a disponibilidade dos equipamentos necessários ao atendimento adequado dos pacientes.

2.6.10. A aquisição dos itens remanescentes é medida indispensável para assegurar o pleno funcionamento da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto do HFA.

2.6.11. A contratação proposta reforça o compromisso institucional do HFA com a prestação de serviço público adequado, eficiente e contínuo, conforme o art. 6º, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, observando os princípios da economicidade, regularidade e conformidade sanitária exigidos pelos órgãos de controle e pela legislação vigente.

2.6.12. A contratação em tela visa, portanto, assegurar a disponibilidade regular de insumos e equipamentos enquadrados como Produtos de Interesse para a Saúde, conforme preconizado pelo art. 19-O, Capítulo VIII da Lei nº 8.080/1990, garantindo à Administração Pública a continuidade e integralidade da assistência prestada aos pacientes internados no Centro Hospitalar e, em especial, na Unidade de Terapia Intensiva.

2.6.13. Considerando o caráter contínuo e imprevisível das demandas assistenciais, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se a forma mais adequada para esta aquisição, nos termos do inciso V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 do Poder Executivo Federal, pois permite maior flexibilidade no recebimento dos itens e melhor adequação às necessidades reais do serviço.

2.6.14. Essa sistemática possibilitará o atendimento tempestivo das demandas clínicas sem comprometer o estoque estratégico, permitindo entregas programadas e parciais conforme o consumo efetivo, reduzindo custos logísticos, evitando perdas por vencimento de validade e otimizando o espaço físico de armazenagem, conforme o disposto no inciso II do art. 3º do mesmo Decreto.

2.6.15. Dessa forma, a aquisição proposta visa assegurar que o HFA mantenha-se em conformidade com os padrões nacionais de qualidade e segurança hospitalar, reforçando o compromisso institucional com a oferta de serviço público adequado, eficiente e contínuo, conforme o art. 6º, § 1º da Lei 8.987 /1995, e alinhado à Política Nacional de Atenção Hospitalar e aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) no tocante à integralidade e humanização da assistência.

2.6.16. Considerando o papel estratégico do Hospital das Forças Armadas (HFA) como unidade de referência em saúde, a aquisição dos materiais e equipamentos médico-hospitalares também se justifica pela necessidade de garantir plena capacidade de resposta em situações emergenciais, crises sanitárias, operações militares e eventos oficiais de grande relevância nacional.

2.6.17. A disponibilidade de uma UTI moderna e equipada assegura não apenas a assistência contínua aos pacientes críticos já internados, mas também a pronta resposta a demandas extraordinárias, reforçando a missão institucional do HFA de preservar vidas, manter a força operativa militar e apoiar a segurança nacional.

2.7. Verificou-se, no certame anterior, dificuldades relacionadas à formação de preços, especialmente quanto à inclusão de custos logísticos, o que contribuiu para o fracasso dos itens, sendo necessária a revisão das condições para viabilizar a contratação.

2.8. POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO REGISTRADO EM ATA

2.8.1. Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 11.462/2023, e visando assegurar a continuidade do atendimento assistencial e a economicidade da contratação, avalia-se a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, com a consequente renovação do quantitativo inicialmente registrado.

2.8.2. Eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, com renovação do quantitativo, ficará condicionada à comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, à existência de dotação orçamentária, ao atendimento do interesse público e à formalização de termo aditivo dentro do prazo de vigência da Ata, observadas as disposições do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

2.8.3. A previsão ora registrada integra a fase de planejamento da contratação, devendo constar expressamente no instrumento convocatório e na respectiva Ata de Registro de Preços, caso adotada.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subdivisão de Terapia Intensiva	VAGNER DE MATOS VASCONCELOS DE CARVALHO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Todos os materiais e equipamentos médico-hospitalares objeto desta contratação, referentes aos itens remanescentes, deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação recente, e atender integralmente aos requisitos de segurança, desempenho e qualidade estabelecidos pelas normas técnicas da ABNT, pelas Resoluções da ANVISA (em especial a RDC nº 7/2010, que trata dos requisitos mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva), bem como pelas demais legislações sanitárias aplicáveis.

4.2. Os produtos deverão estar regularmente registrados na ANVISA ou isentos de registro, conforme legislação vigente, sendo obrigatória a apresentação do número de registro sanitário.

4.3. Os equipamentos permanentes deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de instalação e aceite definitivo. Durante esse período, a contratada deverá assegurar, sem ônus para o HFA, a substituição imediata de partes, peças ou acessórios que apresentem defeitos, bem como a execução de eventuais reparos necessários à plena operacionalidade do equipamento.

4.3.1. Além da garantia mínima prevista, a contratada deverá assegurar a disponibilidade de peças de reposição originais e assistência técnica autorizada no território nacional por período mínimo de 05 (cinco) anos após a entrega, de modo a garantir a continuidade operacional e evitar obsolescência precoce dos equipamentos médico-hospitalares.

4.3.2. Quando aplicável, a contratada deverá realizar treinamento inicial, presencial ou remoto, para os profissionais designados pelo HFA, abrangendo operação, calibração, limpeza e manutenção preventiva dos equipamentos fornecidos, com emissão de certificado de participação. Esse requisito visa assegurar o uso correto e seguro dos dispositivos, reduzindo falhas operacionais e riscos assistenciais.

4.4. Os materiais adquiridos deverão apresentar boa qualidade e padrões condizentes com a legislação vigente, entre elas citamos como exigência:

4.4.1. Todos os itens deverão estar devidamente registrados (e com o registro vigente) junto a ANVISA, conforme o Caput do Art. 7º do Decreto nº 8.077, de 2013; e o Caput do Art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

4.4.2. Em consonância ao disposto no Art 5º da Instrução Normativa nº 01 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) de 19 de janeiro de 2010, serão exigidos, quando aplicáveis, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.4.3. Quando aplicável, os fornecedores deverão assegurar a implementação de logística reversa para embalagens, baterias e componentes eletrônicos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo destinação ambientalmente adequada e redução de impactos ambientais.

4.5. Todos os equipamentos deverão ser entregues com manuais técnicos e de operação em língua portuguesa, contendo instruções detalhadas de uso, limpeza, calibração e manutenção preventiva, conforme previsto na legislação sanitária.

4.5.1. Quando aplicável, os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de serviços de instalação e testes funcionais no local de uso, com emissão de termo de aceite técnico pela equipe responsável do HFA. A instalação deverá garantir plena operacionalidade e integração com a infraestrutura hospitalar existente.

4.6. Os materiais ofertados deverão atender, na integralidade, suas descrições e, durante a fase de julgamento do pregão, serão avaliados criteriosamente pelo(s) membro(s) da equipe de apoio técnico deste Hospital.

4.7. Indicação de marcas ou modelos

4.7.1. Na presente contratação não há indicação de marcas, fabricantes ou modelos específicos, tendo as especificações técnicas sido elaboradas de forma neutra, descritiva e baseada em requisitos funcionais e de desempenho.

4.7.2. A descrição dos materiais e equipamentos contemplados neste Estudo Técnico Preliminar busca assegurar a padronização assistencial e a compatibilidade com os requisitos da RDC nº 7/2010 da ANVISA, sem restringir a competitividade ou direcionar a contratação para marca ou fabricante específico.

4.7.3. Quando aplicável, os equipamentos deverão ser compatíveis com os sistemas digitais já existentes no HFA, rede hospitalar e protocolos clínicos informatizados, de modo a assegurar interoperabilidade tecnológica e eficiência operacional.

4.8. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.8.1. Na presente contratação não há vedação prévia à utilização de marcas ou produtos específicos, desde que os materiais e equipamentos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas descritas no Termo de Referência e estejam regularmente registrados na ANVISA e, quando aplicável, certificados pelo INMETRO.

4.8.2. Ressalta-se que a eventual utilização de marcas distintas durante a execução contratual deverá manter equivalência técnica e funcional com as especificações originalmente aprovadas, observando-se as exigências sanitárias previstas na RDC nº 7/2010 da ANVISA e demais normas vigentes.

4.8.3. Essa condição visa assegurar a neutralidade competitiva e a conformidade sanitária, preservando o interesse público, a segurança do paciente e a eficiência operacional do Hospital das Forças Armadas.

4.9. Da exigência de amostra

4.9.1. Não haverá exigência de amostras;

4.10. Da exigência de carta de solidariedade

4.10.1. Para a presente contratação não se faz necessária a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, uma vez que os materiais e equipamentos médico-hospitalares objeto deste processo são de fornecimento regular no mercado nacional, possuindo registro ativo na ANVISA e ampla rede de distribuição autorizada.

4.10.2. Dessa forma, entende-se que a rastreabilidade e a garantia de origem dos produtos são plenamente asseguradas por meio da comprovação do registro sanitário junto à ANVISA e, quando aplicável, pela certificação INMETRO, dispensando a necessidade de solidariedade formal entre fabricante e distribuidor.

4.11. Da subcontratação

4.11.1. Não é admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, devendo o fornecimento dos materiais e equipamentos médico-hospitalares ser realizado diretamente pela empresa contratada, que responderá integralmente pela qualidade, regularidade sanitária e rastreabilidade dos produtos entregues.

4.11.2. A vedação à subcontratação visa garantir a responsabilidade técnica e sanitária exclusiva da contratada, assegurando o cumprimento das exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como nas Resoluções da ANVISA, em especial a RDC nº 7/2010, que estabelece os requisitos mínimos para funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

4.11.3. Excepcionalmente, poderá ser admitido o uso de representantes comerciais, distribuidores ou transportadoras credenciadas para fins logísticos, desde que não haja transferência de responsabilidade técnica ou contratual e que todas as obrigações previstas neste instrumento permaneçam sob a responsabilidade direta da contratada.

4.12. Os critérios gerais de entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo e aceitação dos equipamentos observarão as disposições previstas no Termo de Referência, incluindo a verificação de conformidade técnica, funcionamento adequado, apresentação de documentação obrigatória e aceite formal pela área técnica requisitante.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O processo licitatório tem por objetivos assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantir tratamento isonômico entre os licitantes e evitar contratações com sobrepreço ou inexequíveis. No presente caso, trata-se da republicação de itens anteriormente fracassados, visando assegurar a efetiva contratação e atendimento da necessidade assistencial do Hospital.

5.1.1. O sucesso da licitação é primordial para evitar prejuízos ao atendimento hospitalar. Considerando que itens do certame anterior restaram fracassados, especialmente em razão de propostas incompatíveis com o valor estimado (incluindo custos logísticos), a republicação busca ampliar a competitividade e adequar as condições do mercado, reduzindo o risco de novo fracasso.

5.1.2. Em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado e, quando necessário, atualizado o levantamento de mercado, considerando a republicação dos itens fracassados e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar fornecedores, parâmetros técnicos e valores de referência para a aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares enquadrados na RDC nº 7/2010 da ANVISA, destinados à Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto do Hospital das Forças Armadas.

5.1.3. As consultas foram realizadas por meio das seguintes fontes públicas e oficiais:

a) Painel de Preços do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;

b) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

c) Fornecedores especializados e distribuidores nacionais que possuem histórico de fornecimento de materiais RDC para órgãos públicos de saúde.

5.2. Todas as consultas de mercado foram realizadas de forma transparente e documentada, garantindo rastreabilidade das informações coletadas e permitindo a verificação posterior pelos órgãos de controle. Essa sistemática assegura que os parâmetros utilizados para estimativa de preços sejam fidedignos, atualizados e compatíveis com a realidade do setor de saúde.

5.3. A opção pela realização de licitação fundamenta-se na necessidade de seleção de proposta mais vantajosa, observando a legislação vigente e assegurando ampla competitividade entre fornecedores. A licitação permitirá que este hospital selecione fornecedores que atuam no ramo e que observam a legislação vigente; e que estejam dispostos a competir para apresentar propostas com preços mais vantajosos para a Administração.

5.4. Como os materiais a serem licitados são produtos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o pregão eletrônico é a modalidade de licitação eleita por esta Administração para atender sua demanda.

5.4.1. A escolha do pregão eletrônico também se justifica pela maior amplitude de participação de fornecedores em nível nacional, pela redução de custos administrativos e pela mitigação de riscos de direcionamento ou restrição competitiva, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.5. O levantamento de mercado teve por finalidade identificar a existência de fornecedores aptos a atender à demanda, bem como verificar a disponibilidade de equipamentos médico-hospitalares compatíveis com as especificações técnicas pretendidas, considerando padrões de qualidade, desempenho e conformidade regulatória.

5.5.1. A análise realizada demonstrou a existência de pluralidade de fornecedores e modelos disponíveis no mercado nacional, mesmo considerando o fracasso anterior de alguns itens, o que evidencia que a ausência de propostas válidas decorreu de condições específicas do certame, e não da inexistência de mercado.

5.5.2. As informações levantadas nesta etapa destinam-se exclusivamente à avaliação da viabilidade da contratação e à definição da solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada, não se confundindo com a pesquisa de preços, a qual será realizada em procedimento próprio e específico.

5.6. Ressalta-se que os produtos pesquisados possuem registro válido ou regularidade sanitária junto à ANVISA, constituindo requisito obrigatório para participação no certame, não sendo admitidos produtos com registro vencido, cancelado ou não comprovado.

5.7. A pesquisa de preços contendo o relatório da pesquisa, descrição do item, fornecedor, CNPJ, valor unitário, fonte da pesquisa e data da coleta, integram o presente Estudo Técnico Preliminar como Anexo.

5.8. O levantamento demonstra que os valores praticados no mercado nacional são compatíveis com o histórico de aquisições, devendo-se considerar, na formação dos preços, todos os custos envolvidos, inclusive transporte e logística, a fim de evitar propostas inexecutáveis.

5.9. O levantamento de mercado evidencia ainda a necessidade de atualização tecnológica dos equipamentos médico-hospitalares, uma vez que fornecedores consultados já disponibilizam modelos com maior eficiência energética, integração digital e conformidade com padrões internacionais de qualidade. A adoção desses equipamentos permitirá ao HFA alinhar-se às melhores práticas assistenciais e ampliar a segurança dos pacientes críticos.

5.10. A análise comparativa dos preços coletados demonstra que a contratação proposta está em conformidade com os princípios da economicidade e da vantajosidade, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma responsável e eficiente, sem comprometer a qualidade assistencial da Unidade de Terapia Intensiva.

5.11. Das Soluções

5.11.1. Solução 1 - Encaminhamento dos pacientes para clínicas e/ou Organizações Cívicas de Saúde credenciadas;

5.11.2. Solução 2 - Realizar a aquisição dos equipamentos e empregá-los em procedimentos com a equipe médica especialista do HFA;

5.11.3. Solução 3 - Locação dos equipamentos;

5.12 Da análise das soluções.

5.12.1. Solução 1 - Não é viável por gerar elevado custo para este Hospital.

5.12.2. Solução 2 - Mostra-se mais adequada, uma vez que os equipamentos serão utilizados em procedimentos realizados pela equipe de saúde do HFA.

5.12.3. Solução 3 - Não se mostra adequada, em razão da baixa oferta dessa modalidade no mercado e do custo-benefício inferior quando comparado à aquisição definitiva.

5.13. Das possíveis formas de contratação

5.13.1. Das Formas

5.13.1.1. Forma 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

5.13.1.2. Forma 2 - Buscar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

5.13.1.3. Forma 3 - Realizar licitação própria.

5.13.2. Da análise

5.13.2.1. Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão.

5.13.2.2. Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação.

5.13.2.3. É possível a realização de licitação, coordenada pela Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira - DCAF, Subdivisão de Aquisições, Licitações e Contratos - SDALC e seus subordinados.

5.14. Da conclusão

5.14.1. Diante do exposto, esta equipe de planejamento conclui pela realização de licitação própria, contemplando a republicação dos itens anteriormente fracassados, com os devidos ajustes necessários para assegurar a competitividade, a viabilidade das propostas e o atendimento integral da demanda assistencial.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Conforme a Resolução RDC nº 751/2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dispositivo médico é todo produto destinado ao uso em seres humanos para fins diagnósticos, terapêuticos ou de monitoramento. No contexto desta contratação, os itens a serem adquiridos enquadram-se como dispositivos médicos, sendo indispensáveis para a adequada prestação da assistência intensiva.

6.1.1. No âmbito do Hospital das Forças Armadas (HFA), instituição de alta complexidade, tais equipamentos são essenciais para a manutenção da assistência na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), especialmente no que se refere à recomposição de itens não contratados no certame anterior.

6.2. A solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar contempla a aquisição dos itens remanescentes do certame anterior, necessários à composição e manutenção da estrutura assistencial da UTI, em conformidade com a RDC nº 7/2010 da ANVISA.

6.2.1. A solução contempla ainda a aquisição de equipamentos com recursos de integração digital e compatibilidade com sistemas de prontuário eletrônico e monitoramento remoto, permitindo maior precisão diagnóstica, interoperabilidade tecnológica e eficiência operacional no cuidado intensivo.

6.3. Os itens previstos neste ETP representam solução adequada para suprir as necessidades identificadas no processo, garantindo a continuidade da assistência e a segurança dos pacientes.

6.3.1. A adoção dos equipamentos propostos também considera aspectos de eficiência operacional e conformidade com normas ambientais e sanitárias vigentes.

6.4. Os itens constantes neste ETP foram avaliados e padronizados pela Comissão competente do HFA, com base em critérios técnicos, assistenciais e regulatórios, garantindo sua adequação às necessidades institucionais.

6.4.1. A solução prevê também a realização de treinamento técnico inicial para os profissionais do HFA, assegurando correta utilização, manutenção preventiva e maior segurança na operação dos equipamentos adquiridos, em consonância com os protocolos assistenciais da instituição.

6.5. A presente contratação visa assegurar a continuidade da capacidade operacional do HFA, especialmente no que se refere aos itens não contratados anteriormente, garantindo conformidade com as exigências regulatórias e assistenciais.

6.6. A presente aquisição fortalece a capacidade de resposta do HFA em situações emergenciais e de alta demanda, como crises sanitárias, operações militares e eventos oficiais, garantindo prontidão institucional e preservação da força operativa das Forças Armadas.

6.7. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMO BEM COMUM

6.7.1. Os bens objeto desta contratação caracterizam-se como bens comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente disponíveis no mercado.

6.7.2. As especificações técnicas necessárias ao atendimento da demanda são padronizáveis e podem ser descritas de forma objetiva no Termo de Referência, sem a necessidade de soluções técnicas customizadas ou desenvolvimento tecnológico específico.

6.7.3. Dessa forma, o objeto enquadra-se no conceito de bem comum, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com a adoção do pregão eletrônico.

6.8. Da participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)

6.8.1. Considerando a republicação dos itens fracassados do certame anterior (itens 4, 6 e 9), será avaliada a pertinência da manutenção do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

6.8.2. Nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, a adoção de licitação exclusiva poderá ser afastada, desde que devidamente justificada, nas hipóteses em que tal medida não se mostrar vantajosa para a Administração Pública ou comprometer o resultado do certame.

6.8.3. Para tanto, será considerado o histórico do processo licitatório anterior, no qual os referidos itens restaram fracassados, indicando possível restrição à competitividade ou inviabilidade das propostas apresentadas, inclusive em razão de custos associados ao fornecimento.

6.8.4. Considerando tratar-se de equipamentos essenciais ao funcionamento da Unidade de Terapia Intensiva, eventual limitação à competitividade pode comprometer a efetiva contratação e o atendimento da demanda assistencial.

6.8.5. Dessa forma, a Administração por motivação do processo licitatório fracassado nos itens 4, 6 e 9, suspende a obrigatoriedade da participação exclusiva de ME/EPP para os itens a serem republicados, com vistas a ampliar a competitividade, assegurar a vantajosidade da contratação e evitar novo fracasso do certame.

6.8.6. Eventual decisão quanto à manutenção ou afastamento do tratamento diferenciado será devidamente fundamentada nos autos, em conformidade com a legislação vigente e orientações aplicáveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades previstas neste Estudo Técnico Preliminar referem-se exclusivamente aos itens fracassados no certame anterior (itens 4, 6 e 9), sendo estimadas com base na necessidade atual do Hospital das Forças Armadas, considerando reposição, adequação assistencial e continuidade dos serviços.

7.2. As quantidades e especificações dos itens fracassados estão apresentadas na tabela a seguir, com seus respectivos valores estimados.

7.3. Descrição dos equipamentos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL/OBSERVAÇÕES	CÓDIGO CATMAT	UND	QTD	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	<p>CARRINHO DE EMERGÊNCIA E PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA</p> <p>1. OBJETO E FINALIDADE Mobiliário hospitalar móvel destinado à organização, armazenamento e transporte ágil de medicamentos, insumos e equipamentos para suporte avançado de vida (PCR). Justificativa: Garantir a padronização e a prontidão assistencial, permitindo que todos os itens críticos estejam acessíveis em segundos para a equipe de emergência.</p> <p>2. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento a situações de arritmias cardíacas graves: a) utilização de desfibriladores automáticos externos (DEA); b) utilização de desfibriladores fixos sem bateria; c) utilização de desfibrilador/cardioversor com bateria e monitorização integrada. Os DEAs foram descartados por não permitirem cardioversão sincronizada, monitorização contínua de ECG e ajustes avançados de energia. Os desfibriladores fixos sem bateria mostraram-se inadequados pela dependência da rede elétrica, reduzindo a mobilidade e a prontidão em situações emergenciais. O desfibrilador/cardioversor com bateria apresentou maior versatilidade, autonomia e adequação ao suporte avançado de vida.</p> <p>3. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA A escolha do carrinho de emergência decorre da necessidade de garantir organização, padronização e rápido acesso aos insumos e equipamentos utilizados em situações de parada cardiorrespiratória, assegurando agilidade no atendimento e segurança assistencial.</p> <p>4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS 4.1 Estrutura: Construção em material metálico anticorrosivo (aço inox ou carbono com pintura epóxi) ou polímeros de alta performance; superfícies lisas e resistentes a desinfetantes. 4.2 Tampo e Mobilidade: Tampo superior em polímero com bordas elevadas; 04 rodízios giratórios (mín. 100 mm), sendo pelo menos 02 com freios de dupla ação. 4.3 Armazenamento: Mínimo de 04 gavetas com extração total; primeira gaveta com divisórias para medicamentos; sistema de travamento único centralizado para uso de lacre. 4.4 Acessórios Integrados: Para-choque perimetral; Suporte giratório para monitor/desfibrilador (cap. 15 kg); Suporte de soro regulável; Suporte para cilindro de oxigênio; Tábua de massagem cardíaca em local de fácil acesso. 4.5 Módulo Elétrico: Régua com 04 tomadas</p>					
1		410764	UND	5	R\$ 4.169,44	R\$ 20.847,20

	<p>(2P+T), cabo de mín. 2m e proteção contra sobrecarga. 4.6 Dimensões: Altura 950-1100 mm; Largura 700-800 mm; Profundidade 400-550 mm. Capacidade de carga total: 150 kg.</p> <p>5. REQUISITOS REGULATÓRIOS Módulo elétrico em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60601-1. Registro ANVISA (quando aplicável). Equipamento novo e de primeiro uso.</p> <p>6. ESTIMATIVA DE PRAZO DE ENTREGA Estima-se que o prazo de entrega do equipamento seja de até 30 (trinta) dias, considerando a complexidade tecnológica do sistema, a necessidade de integração com o parque existente e a logística de fornecimento no mercado nacional, ficando o prazo definitivo a ser estabelecido no Termo de Referência e no instrumento convocatório.</p> <p>7. ACESSÓRIOS E ITENS OBRIGATÓRIOS 01 Suporte para soro; 01 Suporte para cilindro de O2; 01 Tábua de massagem cardíaca; Manual em português e Termo de Garantia.</p> <p>8. ASSISTÊNCIA E SUPORTE Assistência técnica ou representante legal em território nacional para gestão de reparos e reposição de componentes.</p> <p>9. GARANTIA Mínimo de 24 meses para a estrutura e componentes; 12 meses para os acessórios, contados a partir do recebimento definitivo.</p> <p>10. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA Catálogo técnico original; Tabela comparativa detalhada (item a item); Declaração de garantia e Registro ANVISA (se aplicável).</p> <p>11. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO Recebimento definitivo após conferência quantitativa e funcional (teste de rodízios, travas e régua elétrica). Rejeição para itens com avarias na pintura, gavetas com travamento irregular ou ausência de acessórios.</p> <p>12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA Entregar o produto no Almoxarifado Central; Garantir a integridade do transporte; Manter as condições de habilitação durante todo o contrato.</p>					
	<p>GERADOR DE MARCAPASSO CARDÍACO EXTERNO TEMPORÁRIO</p> <p>1. OBJETO E FINALIDADE Equipamento de suporte vital para estimulação cardíaca temporária em bradiarritmias graves, bloqueios atrioventriculares ou pós-operatório cardíaco em UTIs, Emergências e Hemodinâmica. Justificativa: Essencial para manutenção do débito cardíaco em situações críticas até a resolução da causa base ou implante de marcapasso definitivo.</p> <p>2. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO Foram analisadas as seguintes alternativas para suporte temporário da estimulação cardíaca em situações críticas: a) manejo clínico exclusivo com fármacos cronotrópicos; b) encaminhamento imediato para implante de marcapasso definitivo; c) utilização de gerador de marcapasso cardíaco externo temporário. O manejo exclusivamente medicamentoso foi descartado por apresentar resposta imprevisível e risco de instabilidade hemodinâmica. O implante imediato de marcapasso definitivo mostrou-se inviável em situações transitórias, emergenciais ou no pós-operatório imediato. O gerador de marcapasso externo temporário apresentou maior segurança, rapidez de intervenção e adequação ao uso provisório em ambientes críticos.</p> <p>3. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA A escolha do gerador de marcapasso cardíaco externo temporário decorre da necessidade de garantir suporte imediato e ajustável da frequência cardíaca em pacientes com bradiarritmias ou bloqueios graves, até a reversão da causa base ou definição terapêutica definitiva. A solução adotada assegura controle preciso da</p>					

2	<p>estimulação, maior segurança clínica e flexibilidade de uso em UTIs, emergências e procedimentos invasivos.</p> <p>4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>4.1 Modos de Estimulação: Mínimo 08 modos: DDD, DDI, DVI, DOO, AAI, AOO, VVI e VOO (unicameral e bicameral). 4.2 Parâmetros de Estimulação: Frequência: Básica (30-200 ppm) e Superior (80-230 ppm); Amplitude: Atrial (0,1 a 20 mA) e Ventricular (0,1 a 25 mA); Largura de Pulso: Atrial (1,0 ms) e Ventricular (1,5 ms); Intervalo AV: Ajustável de 50 a 300 ms. 4.3 Sensibilidade e Detecção: Ajuste independente para átrio e ventrículo (ondas P e R); Indicação visual e sonora de captura e alarme de perda de sensibilidade. 4.4 Funções Especiais: Estimulação atrial rápida (overdrive pacing) de 80 a 800 ppm para reversão de taquiarritmias; Função "Pausa" para avaliação do ritmo intrínseco. 4.5 Alimentação: Bateria interna com autonomia mín. de 9 dias de uso contínuo ou equivalente; Sistema de backup (capacitor/bateria secundária) que mantenha o funcionamento por mín. 15 min durante a troca da bateria principal. 4.6 Segurança: Proteção contra descargas de desfibrilação com recuperação automática; Proteção contra inversão de polaridade e ajustes acidentais (tampa ou trava); Memória não volátil para parâmetros programados. 4.7 Interface: Display digital de alta visibilidade; Conectores padronizados com trava de segurança e identificação de polaridade. 4.8 Construção: Gabinete em plástico de engenharia selado contra respingos, resistente a Álcool 70% e quaternários. Design compacto com alça para fixação em suporte/leito.</p> <p>5. REQUISITOS REGULATÓRIOS</p> <p>Registro ANVISA vigente; Normas ABNT NBR IEC 60601-1 e 60601-1-2. Equipamento novo com manual integralmente em português.</p> <p>6. ESTIMATIVA DE PRAZO DE ENTREGA</p> <p>Estima-se que o prazo de entrega do equipamento seja de até 30 (trinta) dias, considerando a complexidade tecnológica do sistema, a necessidade de integração com o parque existente e a logística de fornecimento no mercado nacional, ficando o prazo definitivo a ser estabelecido no Termo de Referência e no instrumento convocatório.</p> <p>7. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>Entrega técnica com autoteste funcional. Treinamento prático presencial (mín. 3h) para pelo menos 6 profissionais, abordando modos de estimulação, alarmes, troca de baterias e solução de problemas.</p> <p>8. ASSISTÊNCIA E SUPORTE</p> <p>Rede nacional de assistência técnica autorizada; Suporte remoto em 24h e diagnóstico presencial em até 48h úteis. Reparo concluído em até 15 dias úteis.</p> <p>9. GARANTIA</p> <p>Mínimo de 24 meses integral (exceto baterias, conforme prazo do fabricante). Inclui mão de obra, peças originais e atualizações de firmware sem ônus.</p> <p>10. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA</p> <p>Registro ANVISA, catálogo técnico detalhado, Termo de Garantia do fabricante e certificados de conformidade IEC.</p> <p>11. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO</p> <p>Recebimento definitivo após verificação de todos os modos de estimulação e testes de segurança elétrica. Rejeição para itens usados, sem backup de bateria ou fora das faixas de mA especificadas.</p> <p>12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p> <p>Fornecer equipamento novo; Responsabilizar-se pelo transporte e descarga; Garantir suporte técnico e treinamento conforme especificado.</p>	601061	UND	2	R\$ 13.176,35	R\$ 26.352,70
	<p>REFRIGERADOR EXCLUSIVO PARA MEDICAMENTOS</p> <p>1. OBJETO E FINALIDADE</p> <p>Armazenamento seguro de medicamentos, imunobiológicos e termossensíveis em farmácias hospitalares, salas de vacina e laboratórios. Justificativa: Garantir a</p>					

	estabilidade térmica (2°C a 8°C) conforme RDC ANVISA nº 430/2020 e boas práticas de armazenamento.						
	<p>2. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO</p> <p>Foram analisadas as seguintes alternativas para o armazenamento de medicamentos termossensíveis: a) utilização de refrigeradores domésticos adaptados; b) utilização de câmaras frias centralizadas c) utilização de refrigeradores científicos exclusivos para medicamentos. A alternativa de refrigeradores domésticos foi descartada por não garantir controle térmico contínuo, alarmes e conformidade com a RDC ANVISA nº 430/2020. As câmaras frias centralizadas mostraram-se inadequadas para a rotina da unidade em razão do custo elevado, complexidade de instalação e dependência logística. O refrigerador exclusivo para medicamentos apresentou melhor relação custo-benefício, maior segurança sanitária, conformidade regulatória e adequação ao fluxo operacional da unidade.</p> <p>3. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA</p> <p>A escolha do refrigerador exclusivo para medicamentos decorre da análise das alternativas disponíveis e da necessidade de atendimento integral às exigências da RDC ANVISA nº 430/2020, garantindo estabilidade térmica, rastreabilidade, alarmes de segurança e mitigação de riscos sanitários associados ao armazenamento inadequado de medicamentos termossensíveis.</p> <p>4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>4.1 Capacidade e Dimensões: Volume útil de 200 a 400 litros. 4.2 Controle de Temperatura: Faixa de 2°C a 8°C com controlador digital externo; Precisão de ± 1°C e uniformidade interna de máx. 3°C. Tempo de recuperação de temperatura após abertura de porta: máx. 15 min. 4.3 Sistema de Alarmes: Audiovisuais para temperatura fora da faixa (alta/baixa), porta aberta, falha de energia e falha técnica. Memória de eventos e botão de silenciamento temporário. 4.4 Monitoramento: Display externo em tempo real; Registro de máximas e mínimas; Sensor calibrado (± 0,5°C). 4.5 Porta e Interno: Porta de vidro duplo/triplo antiembaçante com fechamento automático. A porta envidraçada visa reduzir aberturas desnecessárias e variações térmicas. Mínimo de 04 prateleiras ajustáveis em material não poroso (inox ou plastificado). Iluminação LED de baixo aquecimento. Capacidade compatível com a demanda da unidade. 4.6 Segurança e Confiabilidade: Sistema de proteção contra picos e quedas de energia; Reinício automático após interrupção elétrica; Trava ou fechadura para controle de acesso; Sistema que impeça funcionamento fora da faixa segura de temperatura. 4.7 Registro e Rastreabilidade: Possibilidade de exportação de dados de temperatura (USB ou similar) ou compatibilidade com sistema externo de monitoramento; Atendimento às boas práticas de armazenamento de medicamentos e insumos termossensíveis. 4.8 Refrigeração: Compressor silencioso (máx. 45 dB); Gás ecológico livre de CFC; Degelo automático e ventilação forçada para homogeneidade térmica. 4.9/4.10 Construção: Bivolt automático; Gabinete externo em aço pintado/inox e interno em ABS/inox; Isolamento em poliuretano de alta densidade; Pés niveladores.</p> <p>5. REQUISITOS REGULATÓRIOS</p> <p>Registro ANVISA; Certificação INMETRO; Atendimento à RDC 430/2020 e normas ABNT NBR IEC 60335-2-24. Equipamento novo, com manual em português.</p> <p>6. ESTIMATIVA DE PRAZO DE ENTREGA</p> <p>Estima-se que o prazo de entrega do equipamento seja de até 30 (trinta) dias, considerando a complexidade tecnológica do sistema, a necessidade de integração com o parque existente e a logística de fornecimento no mercado nacional, ficando o prazo definitivo a ser estabelecido no Termo de Referência e no instrumento convocatório.</p> <p>7. INSTALAÇÃO</p> <p>Entrega técnica inclusa com nivelamento, programação e testes de uniformidade /alarmes.</p> <p>8. ASSISTÊNCIA E SUPORTE</p> <p>Rede nacional; Atendimento urgente em 24h e não urgente em 48h. Conclusão de reparo em até 5 dias úteis (ou fornecimento de comodato).</p>	618185	UND	2	R\$ 10.412,00	R\$ 20.824,00	
3							

	<p>9. GARANTIA Mínimo de 24 meses integral (estrutura, compressor, eletrônicos). Inclui manutenção preventiva semestral, corretiva, peças e calibração sem ônus. Avalia-se a necessidade de contratação com garantia estendida e manutenção.</p>				
	<p>10. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA Catálogo técnico, Registro ANVISA, Termo de Garantia, Certificado de Calibração/Conformidade.</p>				
	<p>11. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO Recebimento definitivo após testes de estabilização térmica e funcionamento dos alarmes. Rejeição para equipamentos usados, ruidosos ou que não mantenham a faixa térmica especificada.</p>				
	<p>12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA Fornecer equipamento novo; Responsabilizar-se pelo transporte e instalação técnica; Manter assistência ativa e prover peças originais por no mínimo 5 anos.</p>				
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 68.023,90

7.4. Ressalta-se que os itens descritos a seguir foram objeto de licitação anterior, tendo sido declarados fracassados, motivo pelo qual estão sendo novamente submetidos ao processo de contratação, com revisão das especificações técnicas e condições de competitividade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Os valores estimados para os itens a serem republicados (itens 4, 6 e 9) foram apurados com base em levantamento de mercado atualizado, contemplando cotações junto a fornecedores autorizados, consultas ao Catálogo Nacional de Bens e Serviços – CNBS (CATMAT/CATSER) e pesquisas em contratações públicas recentes, disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal e no Portal ComprasGov.

8.2. Para assegurar maior confiabilidade, foram desconsiderados valores atípicos ou discrepantes identificados nas pesquisas, especialmente aqueles incompatíveis com a realidade de fornecimento, incluindo custos logísticos (frete), conforme o art. 23, §1º, inciso II, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a estimativa reflita preços praticados de forma regular e sustentável no mercado.

8.3. As referências de preço também contemplaram informações obtidas junto aos fabricantes e representantes comerciais oficiais dos equipamentos e materiais referentes aos itens 4, 6 e 9, classificados como Produtos de Interesse à Saúde, garantindo a compatibilidade técnica com as exigências da RDC nº 7/2010 (ANVISA) e demais normas sanitárias aplicáveis às Unidades de Terapia Intensiva.

8.3.1. As consultas realizadas junto a fabricantes e distribuidores oficiais também permitiram identificar tendências de atualização tecnológica e variações de custo relacionadas à incorporação de novos recursos assistenciais, assegurando que os valores estimados contemplem equipamentos modernos e alinhados às melhores práticas hospitalares.

8.4. A memória de cálculo e as planilhas contendo a composição detalhada dos valores estimados dos itens 4, 6 e 9 encontram-se consolidados no Mapa Comparativo de Preços (id 8531140), servindo de base para a estimativa global da contratação.

8.5. A estimativa global da contratação foi elaborada de forma transparente e documentada, permitindo rastreabilidade das fontes utilizadas e verificação posterior pelos órgãos de controle interno e externo.

8.6. Os valores estimados serão objeto de monitoramento até a conclusão do novo certame, podendo ser revisados antes da contratação, em caso de variações relevantes de mercado, com possibilidade de revisão técnica em caso de variações significativas de mercado, garantindo economicidade e adequação às necessidades reais do Hospital das Forças Armadas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme o disposto na alínea b do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133, estabelece a regra geral na presente contratação, especificamente quanto aos itens 4, 6 e 9 a serem republicados, adota-se o parcelamento do objeto, sempre que técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. No presente caso, considerando a republicação dos itens 4, 6 e 9, a contratação será realizada por itens, observando-se os seguintes critérios:

9.2.1. Garantia de viabilidade técnica e econômica para o atingimento dos resultados pretendidos;

9.2.2. Preservação da economia de escala, evitando sobrepreços decorrentes de fracionamento indevido;

9.2.3. Ampliação da competitividade, possibilitando a participação de diferentes fornecedores especializados em cada grupo de material.

9.2.4. O modelo de parcelamento por itens foi definido de forma a garantir maior transparência e rastreabilidade do processo licitatório, permitindo que cada grupo de material seja avaliado individualmente quanto à conformidade técnica, preço e condições de fornecimento, em consonância com os princípios da publicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.3. Todavia, considerando a natureza específica dos materiais médico-hospitalares e equipamentos classificados como Produtos de Interesse para a Saúde, abrangidos pela RDC nº 7/2010 (ANVISA), os itens 4, 6 e 9, por sua natureza de uso em ambiente crítico, exigem compatibilidade técnica e padronização entre si e com os equipamentos já existentes no parque tecnológico do HFA, especialmente no que tange a conexões, calibrações, sensores e acessórios de monitorização.

9.3.1. A manutenção da padronização técnica entre os equipamentos e materiais adquiridos também contribui para a redução de custos futuros com manutenção, treinamento e reposição de peças, evitando a fragmentação tecnológica e garantindo maior eficiência operacional no uso dos recursos públicos.

9.4. Dessa forma, ainda que a licitação seja processada por itens, não se recomenda a divisão do fornecimento de um mesmo item entre diferentes empresas, quando tal medida puder comprometer a padronização técnica, a rastreabilidade ou a segurança assistencial, tampouco a oferta de quantidades parciais que comprometam a padronização técnica e a rastreabilidade dos dispositivos médicos.

9.5. A adoção desse modelo visa garantir a integridade operacional da Unidade de Terapia Intensiva (UTI Adulto), assegurando a compatibilidade plena entre os equipamentos, a segurança do paciente e a continuidade dos serviços assistenciais prestados pelo Hospital das Forças Armadas.

9.6. A adoção do parcelamento por itens, sem divisão interna de fornecimento, assegura que o Hospital das Forças Armadas mantenha plena capacidade de resposta, especialmente no contexto dos itens republicados, evitando riscos de descontinuidade assistencial e fortalecendo a prontidão institucional.

9.7. Esse modelo de contratação também está alinhado às boas práticas de planejamento em saúde, conforme diretrizes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), garantindo que a solução proposta para os itens 4, 6 e 9 seja técnica e economicamente viável, sem comprometer a segurança do paciente ou a eficiência administrativa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao presente Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o objeto trata da republicação dos itens 4, 6 e 9, referentes à aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares classificados como obrigatórios para Unidades de Terapia Intensiva Adulto, conforme os parâmetros estabelecidos na Resolução RDC nº 7/2010 da ANVISA.

10.2. A republicação dos itens 4, 6 e 9 possui caráter autônomo e independente de outros contratos de fornecimento, manutenção ou serviços vigentes no Hospital das Forças Armadas (HFA), destinando-se exclusivamente à adequação, complementação e modernização do parque tecnológico da UTI Adulto, sem vínculo de dependência técnica com contratações anteriores.

10.3. Os itens a serem republicados não estão vinculados a contratos de comodato, manutenção preexistente ou fornecimento condicionado por terceiros, podendo ser adquiridos e integrados de forma independente ao sistema assistencial já instalado.

10.3.1. Essa independência operacional reduz riscos de dependência tecnológica de fornecedores específicos, garantindo maior liberdade de escolha em futuras aquisições e fortalecendo a competitividade do mercado, sem comprometer a padronização assistencial da UTI Adulto.

10.4. Ressalta-se que a republicação dos itens 4, 6 e 9 não representa sobreposição de objetos ou duplicidade de despesa em relação a outras contratações em curso no HFA., em consonância com as diretrizes institucionais de melhoria contínua da capacidade assistencial, visando ao atendimento de normas sanitárias, requisitos de segurança do paciente e conformidade com a legislação vigente, sem representar sobreposição de objetos ou duplicidade de despesa em relação a outras contratações em curso.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A republicação dos itens 4, 6 e 9 encontra-se alinhada ao Planejamento Institucional do Hospital das Forças Armadas (HFA), que tem entre suas diretrizes estratégicas a modernização do parque tecnológico hospitalar, a adequação às normas sanitárias e a melhoria contínua da capacidade assistencial.

11.2. A aquisição dos itens 4, 6 e 9, regulamentados pela RDC nº 7/2010 (ANVISA) visa assegurar a plena conformidade da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto com os requisitos mínimos de funcionamento, conforme verificado em estudo técnico elaborado pela Divisão Médica, Seção de Engenharia Clínica e Diretoria Técnica de Saúde (DTS), com registro no processo administrativo correspondente.

11.3. Os itens 4, 6 e 9 integram o Plano de Ação do HFA para 2025, no eixo “Infraestrutura e Tecnologia em Saúde”, que contempla a renovação e complementação de equipamentos assistenciais críticos, em especial os vinculados ao atendimento intensivo, emergencial e cirúrgico.

11.4. A contratação mantém alinhamento com as políticas públicas de saúde aplicáveis, garantindo a continuidade da prestação de serviços de alta complexidade no HFA.

11.5. A despesa possui adequação orçamentária e financeira à Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atendendo ao disposto no art. 16, incisos I e II, e §1º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.5.1. O alinhamento orçamentário foi validado pela área de planejamento e orçamento do HFA, assegurando que os recursos destinados à contratação não comprometam outras ações estratégicas e estejam em conformidade com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.6. Dessa forma, a republicação dos itens 4, 6 e 9 contribui diretamente para o fortalecimento da infraestrutura hospitalar do HFA, assegurando a conformidade regulatória, a segurança do paciente e a eficiência operacional, em consonância com o planejamento estratégico institucional e com as exigências normativas aplicáveis ao setor público de saúde.

11.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000001/2026

II - Data de publicação no PNCP: 01/04/2025

III - Id do item no PCA: 165

IV - Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V - Identificador da Futura Contratação: 112408-72/2026

11.7.1. O registro no Plano de Contratações Anual e no PNCP garante transparência e rastreabilidade, permitindo acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, em consonância com os princípios da publicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

11.8. A contratação está alinhada às áreas técnicas responsáveis pela assistência intensiva do HFA, conforme manifestação constante no processo.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A republicação dos itens 4, 6 e 9 visa equipar a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto do Hospital das Forças Armadas (HFA) com materiais e equipamentos médico-hospitalares modernos, seguros e tecnicamente padronizados, em conformidade com a Resolução RDC nº 7/2010 da ANVISA, assegurando a continuidade e a qualidade da assistência prestada aos pacientes em estado crítico.

12.2. A aquisição dos itens 4, 6 e 9 proporcionará maior eficiência clínica, precisão diagnóstica e confiabilidade operacional, garantindo suporte adequado às funções vitais, monitorização contínua e resposta imediata a intercorrências graves, em alinhamento com as melhores práticas hospitalares e protocolos de segurança do paciente.

12.3. A aquisição permitirá ainda contribuir para a melhoria dos desfechos assistenciais e otimização da utilização dos leitos, otimizando a utilização dos leitos de terapia intensiva e melhorando os indicadores de desempenho assistencial do HFA, com impacto direto na recuperação e sobrevida dos pacientes atendidos.

12.4. Do ponto de vista econômico e institucional, a contratação gera benefícios como:

12.4.1. Racionalização de custos operacionais, pela redução de manutenção corretiva e substituições emergenciais;

12.4.2. Padronização de insumos e dispositivos médicos, favorecendo a gestão logística e a rastreabilidade dos produtos;

12.4.3. Aumento da autonomia do HFA, evitando dependência de unidades externas para suporte intensivo e garantindo maior capacidade de resposta em situações emergenciais ou de calamidade pública.

12.5. Ressalta-se que a republicação dos itens 4, 6 e 9 decorre do fracasso do certame anterior, sendo os parâmetros da contratação revisados, especialmente quanto à adequação dos valores estimados às condições reais de mercado, incluindo custos logísticos, com o objetivo de garantir a viabilidade da contratação e evitar nova frustração do processo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Após a homologação e adjudicação da republicação dos itens 4, 6 e 9, será formalizado o contrato administrativo ou instrumento equivalente de registro de preços, conforme o caso, para aquisição dos materiais e equipamentos médico-hospitalares constantes deste ETP, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13.2. A Divisão de Logística e o Serviço de Compras do HFA serão responsáveis pela condução dos trâmites de contratação, recebimento e conferência dos materiais referentes aos itens 4, 6 e 9, em conjunto com a Seção de Engenharia Clínica e a Divisão Médica, que atuarão na verificação técnica e funcional dos equipamentos entregues, garantindo sua conformidade com as especificações da RDC nº 7/2010 (ANVISA).

13.3. Os equipamentos e materiais críticos deverão ser instalados e testados sob supervisão da Engenharia Clínica, assegurando a plena funcionalidade, segurança operacional e rastreabilidade antes da entrada em uso assistencial.

13.3.1. A contratada deverá apresentar relatório técnico de instalação e validação funcional, com validação pela Engenharia Clínica, como condição para aceitação definitiva dos equipamentos, garantindo rastreabilidade e conformidade com os requisitos de segurança assistencial.

13.4. Sempre que aplicável, a contratada deverá fornecer treinamento técnico-operacional aos profissionais de saúde e de manutenção do HFA, visando ao correto manuseio, higienização e conservação dos dispositivos médicos, conforme previsto nas normas de boas práticas hospitalares e no manual do fabricante.

13.4.1. O treinamento deverá ser documentado em ata ou certificado de participação, assegurando que todos os profissionais envolvidos estejam devidamente capacitados e que a instituição disponha de registro formal para fins de auditoria e controle interno.

13.5. Providências administrativas e orçamentárias referentes à liquidação e pagamento serão conduzidas pela Divisão Financeira, em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares vigentes, observando-se a disponibilidade orçamentária e as regras de execução previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

13.6. A execução contratual dos itens 4, 6 e 9 será acompanhada por meio de relatórios periódicos elaborados pela Divisão de Logística e pela Engenharia Clínica, permitindo monitoramento contínuo da conformidade técnica, prazos de entrega e desempenho dos equipamentos adquiridos.

13.7. Todos os documentos relacionados à contratação — incluindo contrato, relatórios técnicos, atas de treinamento e registros financeiros — serão disponibilizados em processo administrativo eletrônico, garantindo transparência, rastreabilidade e acesso pelos órgãos de controle interno e externo.

13.8. Considerando que os itens 4, 6 e 9 restaram fracassados no certame anterior em razão da inadequação dos valores estimados, especialmente quanto aos custos logísticos, a execução contratual deverá observar a compatibilidade entre os preços contratados e as condições reais de fornecimento, de modo a garantir o cumprimento das obrigações e evitar descontinuidade no fornecimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Nas aquisições e contratações públicas, devem ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o art. 225 da Constituição Federal, o art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), o Decreto nº 7.746/2012, e as Instruções Normativas SEGES/ME nº 01/2010 e nº 01/2021, que orientam a adoção de práticas compatíveis com padrões de consumo sustentável.

14.2. A republicação dos itens 4, 6 e 9 não gera impactos ambientais significativos diretos, uma vez que trata da aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares duráveis e não perecíveis, de uso contínuo na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto. Contudo, deverão ser observadas as boas práticas de sustentabilidade aplicáveis às fases de fornecimento, acondicionamento, transporte, uso e descarte.

14.3. Entre os critérios de sustentabilidade a serem observados, destacam-se:

14.3.1. Preferência por produtos e embalagens recicláveis, recicladas ou biodegradáveis, conforme o art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010;

14.3.2. Redução de resíduos sólidos e otimização do uso de materiais descartáveis, priorizando itens de longa durabilidade e de fácil esterilização;

14.3.3. Utilização de insumos, componentes e peças de reposição certificados por órgãos competentes, como INMETRO e ANVISA, conforme legislação vigente;

14.3.4. Observância à logística reversa, quando aplicável, especialmente para equipamentos eletroeletrônicos e baterias, conforme o Decreto nº 10.240/2020;

14.3.5. Entrega dos materiais em embalagens recicláveis, de papelão ou de polímeros produzidos a partir de fontes renováveis (ex: bioplásticos derivados de etanol de cana-de-açúcar).

14.3.6. Priorizar a aquisição de equipamentos com certificação de eficiência energética, reduzindo o consumo de eletricidade e contribuindo para a sustentabilidade operacional da UTI Adulto.

14.4. A contratada deverá adotar procedimentos de descarte ambientalmente adequados para materiais substituídos, componentes obsoletos e resíduos gerados durante a instalação ou manutenção, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com a Política Ambiental do Governo Federal.

14.4.1. A contratada poderá ser demandada a apresentar relatórios de conformidade ambiental de conformidade ambiental, contendo evidências documentais das práticas de descarte e logística reversa adotadas, permitindo rastreabilidade e auditoria pelos órgãos de controle interno e externo.

14.5. Durante o processo de fornecimento e instalação, deverão ser observadas as normas técnicas de segurança, saúde ocupacional e controle de infecção hospitalar, de acordo com as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da ANVISA e do Ministério da Defesa, assegurando condições adequadas de higiene, segurança e proteção aos profissionais envolvidos.

14.6. Os empregados designados para o manuseio, transporte e instalação dos equipamentos deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) vigentes.

14.7. Por fim, o HFA poderá promover, em conjunto com a Comissão Interna de Sustentabilidade, ações de monitoramento e conscientização ambiental, com vistas à correta segregação, destinação e rastreabilidade dos resíduos hospitalares gerados durante o ciclo de vida dos equipamentos e materiais adquiridos.

14.8. A contratação observa as diretrizes de gestão ambiental adotadas pelo HFA, assegurando que os impactos indiretos sejam continuamente monitorados e mitigados, em consonância com as diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

14.9. Sempre que possível, deverão ser incentivadas práticas de economia circular, como a reutilização de componentes e a reintrodução de materiais reciclados na cadeia produtiva, em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.10. A aquisição dos itens 4, 6 e 9 poderá gerar impactos ambientais poderá gerar impactos ambientais associados ao uso de embalagens, componentes eletrônicos, baterias e descarte de materiais ao final de sua vida útil. Para mitigação desses impactos, serão observados critérios de sustentabilidade ambiental, tais como a priorização de bens constituídos, no todo ou em parte, por materiais recicláveis, atóxicos ou biodegradáveis, sempre que aplicável.

14.11. Serão adotadas práticas que incentivem o acondicionamento adequado dos equipamentos em embalagens com menor volume possível, preferencialmente recicláveis, bem como a observância, quando aplicável, de políticas de logística reversa para embalagens, baterias e componentes eletrônicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

14.12. Ressalta-se que os critérios de sustentabilidade foram mantidos na republicação dos itens 4, 6 e 9, não havendo alteração do objeto, mas apenas ajustes nos parâmetros de contratação, de modo a garantir a viabilidade do certame sem prejuízo às diretrizes ambientais.

15. Classificação quanto à Lei Nº12.527/2011

15.1. Tendo em vista o interesse público envolvido e a necessidade de ampla divulgação do processo de licitação, especialmente quanto à republicação dos itens 4, 6 e 9, avalia-se não haver necessidade de classificação do presente Estudo Técnico Preliminar nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

15.2. O presente documento não contém informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, tampouco dados pessoais sensíveis ou informações estratégicas que justifiquem restrição de acesso, razão pela qual poderá ser disponibilizado para consulta pública, observadas as normas aplicáveis.

15.3. Ressalta-se que a republicação dos itens 4, 6 e 9 decorre do fracasso do certame anterior, sendo mantida a transparência do processo e assegurado o amplo acesso às informações, em conformidade com os princípios da publicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1 Em análise às informações técnicas, econômicas, operacionais e normativas apresentadas no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a republicação dos itens 4, 6 e 9, classificados como aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares, destinados à Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto do Hospital das Forças Armadas (HFA), é tecnicamente viável, economicamente justificável e administrativamente adequada.

16.1.2. A republicação dos itens 4, 6 e 9 mostra-se essencial para garantir a continuidade, a segurança e a qualidade da assistência hospitalar, assegurando a conformidade da UTI Adulto com os requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução RDC nº 7/2010 da ANVISA e demais normas aplicáveis à infraestrutura e operação de serviços de terapia intensiva.

16.1.3. O levantamento técnico realizado pela Divisão Médica, pela Seção de Engenharia Clínica e pela Diretoria Técnica de Saúde (DTS) identificou lacunas de equipamentos e materiais indispensáveis ao atendimento intensivo de pacientes críticos, o que reforça a necessidade e a oportunidade da contratação.

16.1.4. Foram observados os princípios da economicidade, eficiência, padronização, sustentabilidade e gestão de riscos, bem como os critérios previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que orientam a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e a instrução de processos de contratação pública.

16.1.5. Diante do exposto, declara-se que a republicação dos itens 4, 6 e 9 é viável e oportuna, recomendando-se a continuidade do processo para elaboração do Termo de Referência, pesquisa de preços definitiva e posterior deflagração do procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico –Sistema de Registro de Preços (SRP), por item, conforme justificativas técnicas constantes deste ETP.

16.1.6. Ressalta-se que a republicação decorre do fracasso do certame anterior, sendo realizados ajustes nos parâmetros da contratação, especialmente quanto à adequação dos valores estimados às condições reais de mercado, incluindo custos logísticos, de modo a garantir a viabilidade do processo.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER DE MATOS VASCONCELOS CARVALHO

Adjunto da SDUTI - Presidente da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 11:04:41.

BRUNO MACHADO BORTOLOTTO

Adjunto da Seção de Faturamento - Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 11:05:04.

JONATAS VICTOR VENANCIO DE BARROS

Auxiliar da SDUTI - Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 14:01:33.